



Este texto é uma tradução automática. [Voltar à língua de origem](#). A Comissão Europeia não assume qualquer responsabilidade pela qualidade e pela exatidão desta tradução automática.

[Informações importantes sobre a tradução automática](#)

Pacote da primavera do Semestre Europeu de 2025 estabelece orientações para impulsionar a competitividade da UE*

Brussels, 4 de junho de 2025

O **pacote da primavera do Semestre Europeu de 2025** analisa os principais desafios económicos e sociais em toda a UE e fornece orientações políticas aos Estados-Membros com o objetivo de reforçar a competitividade, a prosperidade e a resiliência. Para o efeito, inclui recomendações específicas por país (REP) e promove reformas e investimentos alinhados com estas prioridades da UE.

As orientações políticas apresentadas surgem num contexto de comércio e segurança particularmente volátil. Está estreitamente ligado às Orientações para a Competitividade, o roteiro quinquenal da Comissão para reforçar a resiliência e a posição da UE a nível mundial. O pacote hoje apresentado assinala igualmente a primeira avaliação dos progressos realizados pelos Estados-Membros no âmbito do [quadro de governação económica](#) revisto e dos seus planos orçamentais-estruturais. Num contexto de crescentes desafios em matéria de segurança, a cláusula de derrogação de âmbito nacional ao abrigo do Pacto de Estabilidade e Crescimento é também utilizada pela primeira vez. O objetivo do CNE é facilitar a transição para níveis mais elevados de despesas com a defesa, salvaguardando simultaneamente a sustentabilidade orçamental.

Recomendações específicas aos Estados-Membros

Os relatórios por país de 2025 avaliam a evolução económica, social e do emprego em cada Estado-Membro, em consonância com as prioridades estabelecidas nas [Orientações para a Competitividade](#). Os Estados-Membros são incentivados a reforçar a sua competitividade, colmatando o défice de inovação, promovendo a descarbonização em consonância com o Pacto da Indústria Limpa, reduzindo as dependências excessivas, aumentando a segurança e a resiliência, nomeadamente através do reforço das capacidades de defesa e da promoção de competências e empregos de qualidade, assegurando simultaneamente a justiça social.

A fim de apoiar a competitividade em todos os setores, as Orientações para a Competitividade estabelecem [cinco facilitadores horizontais](#) que também se refletem nas recomendações específicas por país, adaptadas a cada Estado-Membro.

Os relatórios por país deste ano fazem igualmente o balanço da execução dos **planos de recuperação e resiliência** (PRR) e dos **programas da política de coesão**. Com o Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR) a terminar em 2026, é essencial uma execução rápida e direcionada, tendo a maioria dos Estados-Membros de acelerar os progressos. Paralelamente, a Comissão publica hoje uma comunicação sobre o MRR no horizonte 2026, a fim de dar orientações aos Estados-Membros sobre um encerramento harmonioso e bem-sucedido do instrumento. A Comissão procura igualmente acelerar a execução da política de coesão, centrando-se nas prioridades estratégicas da revisão intercalar.

Tendo em conta os objetivos políticos da UE, as REP deste ano fornecem orientações adaptadas às necessidades específicas de cada Estado-Membro. Refletem a escala e a urgência das medidas necessárias, em três domínios fundamentais: *i)* política orçamental, incluindo reformas para aumentar a eficácia da política fiscal e das despesas públicas, *ii)* execução dos PRR e dos programas da política de coesão e *iii)* desafios estruturais pendentes e/ou emergentes, centrados nas Orientações para a

Competitividade.

Reforçar a sustentabilidade orçamental

O pacote do Semestre Europeu da primavera de 2025 conclui o primeiro ano completo de supervisão macroeconómica no âmbito do quadro de governação revisto. Avalia os progressos realizados pelos Estados-Membros na execução dos seus planos orçamentais-estruturais de médio prazo apresentados no outono passado. A Comissão avalia a conformidade comparando o crescimento previsto das despesas líquidas com os limites máximos fixados pelo Conselho ou delineados nos planos nacionais.

O pacote deste ano sublinha a flexibilidade do quadro revisto para responder a desafios inesperados. No âmbito do [Plano ReArm Europe/Readiness 2030](#), apresentado em março de 2025, a Comissão propôs a ativação da **cláusula de derrogação de âmbito nacional**, permitindo aos Estados-Membros exceder temporariamente as taxas máximas de crescimento das despesas líquidas para impulsionar as despesas com a defesa. A pedido de 16 Estados-Membros (Bélgica, Bulgária, Croácia, Chéquia, Dinamarca, Estónia, Finlândia, Alemanha, Grécia, Hungria, Letónia, Lituânia, Polónia, Portugal, Eslováquia e Eslovénia), a Comissão adotou hoje recomendações ao Conselho para a ativação da cláusula de derrogação de âmbito nacional para 15 dos países em causa.

Supervisão orçamental

No que diz respeito aos Estados-Membros sujeitos ao procedimento relativo aos défices excessivos (PDE), a Comissão considera que, **para a França, a Itália, a Hungria, Malta, a Polónia e a Eslováquia**, não é necessário tomar novas medidas no âmbito do PDE relativamente a estes países nesta fase.

Relativamente **à Bélgica**, na sequência da apresentação do seu plano de médio prazo, a Comissão recomendou uma nova trajetória corretiva, atualmente pendente da adoção pelo Conselho. Embora o crescimento previsto das despesas líquidas da Bélgica em 2025 exceda o limite máximo da presente recomendação, mantém-se dentro da flexibilidade prevista na cláusula de derrogação de âmbito nacional.

Em contrapartida, o crescimento das despesas líquidas da **Roménia** é significativamente superior ao limite máximo fixado pela sua trajetória corretiva, colocando riscos claros de correção do seu défice excessivo até 2030. Por conseguinte, a Comissão recomenda ao Conselho que adote uma decisão que estabeleça que a Roménia não tomou medidas eficazes.

A Comissão avaliou igualmente os progressos realizados na execução dos planos de médio prazo de 18 Estados-Membros. 12 Estados-Membros (**Áustria, Bulgária, Croácia, Chéquia, Dinamarca, Estónia, Finlândia, Grécia, Letónia, Lituânia, Eslovénia e Suécia**) são considerados conformes com o crescimento máximo das despesas líquidas recomendado, tendo em conta a flexibilidade ao abrigo da cláusula de derrogação nacional, se for caso disso. **Portugal e Espanha** estão, de um modo geral, em conformidade, com desvios limitados em relação às trajetórias recomendadas. No entanto, no caso de **Chipre, da Irlanda, do Luxemburgo e dos Países Baixos**, a Comissão considera que existe um risco de desvio em relação às taxas de crescimento máximas recomendadas fixadas pelo Conselho.

A Comissão elaborou igualmente um relatório nos termos do **artigo 126.o, n.o 3**, do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE) para avaliar o cumprimento do critério do défice previsto no Tratado relativamente a quatro Estados-Membros: **Áustria, Finlândia, Letónia e Espanha**. À luz da avaliação contida no relatório, justifica-se a abertura de um procedimento relativo aos défices excessivos com base no défice para a **Áustria**. Após ter examinado o parecer do Comité Económico e Financeiro, a Comissão tenciona propor ao Conselho a abertura de procedimentos relativos aos défices excessivos baseados no défice para a Áustria e propor ao Conselho recomendações para pôr termo à situação de défice excessivo.

Avaliação dos desequilíbrios macroeconómicos

A Comissão avaliou a existência de desequilíbrios macroeconómicos nos **10 Estados-Membros** selecionados para [apreciações aprofundadas no âmbito](#) do [Relatório sobre o Mecanismo de Alerta de 2025](#). Embora a evolução económica ao longo do último ano tenha ajudado a atenuar alguns desequilíbrios em vários Estados-Membros, a crescente incerteza na mudança do contexto comercial está a agravar os riscos.

A Estónia não regista desequilíbrios, uma vez que as vulnerabilidades relacionadas com a deterioração da competitividade dos preços e dos custos e com os preços da habitação parecem estar atualmente contidas.

Chipre é reclassificado como não registando **desequilíbrios**, uma vez que as vulnerabilidades relacionadas com a dívida externa e privada estão a diminuir, em parte devido ao forte crescimento económico, enquanto a dívida pública está a ser reduzida graças à continuação dos excedentes orçamentais.

A Alemanha é também reclassificada como não registando **desequilíbrios**, uma vez que as vulnerabilidades relacionadas com o elevado excedente da balança corrente diminuíram ao longo dos anos e foram recentemente anunciados progressos políticos significativos.

A Hungria, a Grécia, a Itália, os Países Baixos, a Eslováquia e a Suécia continuam a **registar desequilíbrios**, uma vez que as suas vulnerabilidades continuam a ser globalmente relevantes.

A Roménia continua a **registar desequilíbrios excessivos** à medida que os seus défices orçamental e da balança corrente se agravaram e a competitividade dos custos se deteriorou em 2024.

Orientações para o emprego e desafios em matéria de convergência social

No âmbito do Semestre Europeu de 2025, a Comissão propõe orientações atualizadas para as políticas de emprego dos Estados-Membros, destinadas a promover mercados de trabalho mais justos e inclusivos. Com base nas Orientações para o Emprego adotadas em dezembro de 2024 – que abordam desafios como a escassez de competências e de mão de obra e a necessidade de competências básicas e digitais na era da inteligência artificial – a atualização de 2025 mantém as prioridades fundamentais, adaptando-se simultaneamente a novas realidades e iniciativas geopolíticas, como a União de Competências e as Orientações para a Competitividade.

Em conformidade com o Quadro de Convergência Social, agora integrado no quadro de governação económica revisto, a Comissão realizou uma análise em duas fases dos desafios em matéria social, de emprego e de competências em cada Estado-Membro. As conclusões da primeira fase são apresentadas no [Relatório Conjunto sobre o Emprego 2025](#), enquanto a [análise mais aprofundada da segunda fase](#) foi publicada em abril de 2025 para dez Estados-Membros: Bulgária, Croácia, Estónia, Grécia, Hungria, Itália, Lituânia, Luxemburgo, Roménia e Espanha. De um modo geral, a análise da segunda fase identificou desafios à convergência social ascendente em três Estados-Membros (Grécia, Itália e Roménia), tendo em conta as respostas políticas empreendidas ou previstas pelos Estados-Membros para fazer face aos riscos identificados. As conclusões da análise foram também debatidas com os Estados-Membros no [Comité do Emprego e no Comité](#) da [Proteção Social em](#) maio, antes da adoção do pacote da primavera do Semestre Europeu de 2025.

Para mais informações

[Perguntas e respostas sobre o pacote da primavera do Semestre Europeu de 2025](#)

[Pacote da primavera do Semestre Europeu de 2025](#)

[Previsões económicas da primavera de 2025](#)

[Semestre Europeu](#)

[Mecanismo de Recuperação e Resiliência](#)

[NextGenerationEU](#)

[Política de coesão](#)

[Plano REPowerEU](#)

*Atualizado em 05.06.25 às 08:21 CEST

* Atualizado em 05.07.2025 às 11:39 CEST

"O Semestre Europeu constitui a base de uma abordagem mais integrada das políticas económicas dos Estados-Membros. Esta Comissão está determinada a aprofundar a nossa integração do mercado único e a coordenar os esforços coletivos em prol da competitividade. As recomendações deste ano são a continuidade da nossa agenda de reformas e visam incentivar os Estados-Membros a lutarem por mais inovação, mais indústrias descarbonizadas e mais autonomia estratégica."

Stéphane Séjourné, vice-presidente executivo da Comissão responsável pela Prosperidade e Estratégia Industrial - 04/06/2025

"Pela primeira vez, e no âmbito da União das Competências, este pacote do Semestre contém recomendações fundamentais sobre competências, empregos de qualidade e justiça social para todos os países. A educação é fundamental para ter uma mão de obra qualificada e, sobretudo, também reforça sociedades saudáveis e democracias funcionais. Em segundo lugar, o quadro de convergência social é um elemento importante do Semestre – permitindo-nos trabalhar em estreita colaboração com os Estados-Membros para compreender melhor onde as reformas e os investimentos são mais necessários e qual a melhor forma de os apoiar – mobilizando o financiamento da UE proveniente do MRR e do FSE+, o que é crucial para manter uma forte coesão social em toda a Europa. O investimento e as reformas para apoiar as pessoas devem continuar a ser prioridades fundamentais a nível europeu."

Roxana Mînzatu, vice-presidente executiva da Comissão responsável pelos Direitos sociais, Competências, Emprego de Qualidade e Preparação - 04/06/2025

"O pacote da primavera do Semestre Europeu deste ano surge numa altura em que a UE continua a enfrentar uma incerteza mundial notavelmente elevada, tensões comerciais e graves ameaças à segurança. As prioridades do Pacote da Primavera deste ano podem ser resumidas em duas palavras: competitividade e segurança. Com efeito, isto traz-nos de volta às bases do projeto europeu: paz e prosperidade. Embora o Semestre Europeu continue a centrar-se principalmente na sustentabilidade orçamental e na estabilidade macroeconómica, é também um mecanismo fundamental para coordenar o nosso impulso comum em prol da competitividade, da segurança, da resiliência e da prosperidade sustentável. Aguardo com expectativa a oportunidade de colaborar com os Estados-Membros para fazer avançar as nossas prioridades comuns com base no pacote da primavera de hoje."

Valdis Dombrovskis, comissário da Economia e Produtividade, Simplificação e Execução - 04/06/2025

Contactos para a imprensa:

[Balazs UJVARI](tel:+3222954578) (+32 2 29 54578)

[Francisca MARÇAL SANTOS](tel:+3222997236) (+32 2 29 97236)

[Isabel OTERO BARDERAS](tel:+3222966925) (+32 2 29 66925)

Perguntas do público em geral: [Europe Direct](https://europe-direct.eu) pelo telefone [00 800 67 89 10 11](tel:+35243031011) ou por [e-mail](mailto:europa@europe-direct.eu)

Outros média



[Read-out of the weekly meeting of the von der Leyen Commission by Roxana Mînzatu, Executive Vice-President of the European Commission, and Valdis Dombrovskis, European Commissioner, on the 2025 Spring European Semester and the 2025 Convergence Report for Bulgaria](#)